

CORREIO POLÍTICO

José Cruz/Agência Brasil



Se sair para o Senado, JHC atrapalha o projeto de Lira

Prefeito atrapalha planos de Lira em Alagoas

O Correio Político encontrou nos corredores do Senado o ex-deputado João Caldas, pai do prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), conhecido como JHC. O futuro político de JHC é hoje uma das incógnitas que trava a corrida eleitoral em Alagoas. Perguntamos a João Caldas o que JHC fará. “Vai para o Senado”, afirmou, sem pestanejar. Supondo-se que um pai conheça bem os planos do filho, essa decisão de JHC vai atrapalhar bastante o projeto do deputado Arthur Lira (PP), ex-presidente da Câmara, de se eleger senador pelo estado. JHC irá disputar votos na mesma seara conservadora de Lira. Caso a informação de João Caldas se confirme, Alagoas será mais um caso no qual o PL limitará suas alianças.

Mais uma vez, a vítima será o PP

E, mais uma vez, a vítima será o PP. Como aconteceu em Santa Catarina onde o abrigo para a reeleição de Esperidião Amin para o Senado foi escanteado para formar uma chapa pura do PL com Carlos Bolsonaro e Caroline de Toni. A situação pode se repetir no Mato Grosso do Sul, da senadora Tereza Cristina (PP), cogitada até como possível candidata a vice na chapa presidencial do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Jefferson Rudy/Agência Senado



Flávio não conversou com Tereza sobre ela ser vice

Não houve conversa com Tereza

Tereza Cristina é o nome preferido pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, para ser a vice de Flávio Bolsonaro. Mas, até agora, isso nunca passou de um desejo de Valdemar. Aliás, esse já era o desejo em 2022. Mas Bolsonaro nunca sequer conversou sobre a hipótese com Tereza. E acabou escolhendo o general Walter Braga Neto, agora condenado e preso como ele. Agora, da mesma forma, Flávio Bolsonaro não conversou com a senadora sobre a hipótese. E ainda pode, no estado da senadora, quebrar um acordo que havia com o PP para o Senado.

Bolsonaro apoia Marcos Pollon

Em uma carta que entregou à sua esposa, Michelle, Bolsonaro manifestou apoio à candidatura ao Senado no Mato Grosso do Sul do deputado federal Marcos Pollon. O problema é que isso quebra um acordo no estado que fez com que o governador Eduardo Riedel e o ex-governador Reinaldo Azambuja deixassem o PSDB, o primeiro para o PP, o segundo para o PL.

POR
RUDOLFO LAGO

Acordo

Um acordo costurado pelo senador Rogério Marinho (PL), que é o coordenador da campanha de Flávio, garantia o apoio à reeleição de Riedel ao governo, tendo como chapa para o Senado Reinaldo Azambuja e o ex-deputado estadual Capitão Contar. Ambos são do PL. Mas o apoio a Pollon embola o jogo.

Embolado

Há ainda outro nome cogitado, a vice-prefeita de Dourados, Gianni Nogueira (PL). Assim, a briga dentro do PL no Mato Grosso do Sul pelo Senado vai ficando imprevisível. Esta semana, Flávio e Marinho trataram de dizer que o risco de racha no estado não irá acontecer, manifestando o apoio a Riedel e Azambuja.

Desconfianças

De novo, em torno de tudo, há a dificuldade de ampliação das alianças por parte de Bolsonaro e seus apoiadores mais fiéis. Valdemar afirma que deixou para o ex-presidente a prerrogativa de escolher os candidatos ao Senado. E, por essa ótica, as célebres desconfianças de Bolsonaro estão prevalecendo.

Planalto

No caso do Mato Grosso do Sul, o problema parece ser o fato de que tanto Riedel quanto Azambuja em algum momento ensaiaram uma aproximação de Lula e do Palácio do Planalto. Situação que gera a desconfiança de Bolsonaro. E que talvez gere uma desconfiança sobre Tereza Cristina como candidata vice de Flávio.

Tereza

Tereza nunca se aproximou do governo Lula. Mas, embora tenha sido ministra da Agricultura de Bolsonaro, nunca foi uma bolsonarista. No caso, o que se parece temer é dar o cargo a alguém que tem uma liderança importante sobre um setor da economia – o agronegócio – não sendo exatamente uma bolsonarista.

JHC

Como presidente da Câmara, Lira ora ajudou Lula ora não. E houve um acordo para manter JHC na prefeitura para abrir caminho a Lira costurado pela ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. JHC não é um bolsonarista. Já foi do PSB. Se entrará nos seus planos, só Bolsonaro poderá dizer.



Há outros foragidos do 8 de janeiro na Argentina

Argentina dá asilo político a condenado do 8/1

Joel Corrêa estava em prisão domiciliar desde 2024

Por Gabriela Gallo

A Comissão Nacional para Refugiados da Argentina (Conare) concedeu nesta terça-feira (10) asilo político para o brasileiro Joel Borges Corrêa, condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por participar dos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 em Brasília.

Este é o primeiro caso em que o governo argentino reconhece um brasileiro envolvido nos atos de 2023 como refugiado político. A informação foi divulgada pela Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de janeiro (Asfav). Segundo os advogados de defesa de Joel, com a decisão ele aguarda a retira de tornozeleira eletrônica.

No Brasil, Corrêa foi condenado a 13 anos de prisão por envolvimento nos ataques aos prédios públicos e foi detido pelas autoridades argentinas em novembro de 2024, durante uma blitz na cidade de San Luis. Foi preso enquanto tentava passar pela Cordilheira dos Andes para se refugiar no Chile.

Em junho de 2024, o governo da Argentina, no primeiro ano do mandato do presidente de direita Javier Milei, enviou ao Ministério de Relações Exteriores do Brasil uma lista de brasileiros que haviam pedido refúgio no país vizinho após serem condenados pelos atos antidemocráticos de 2023. Em outubro de 2024,

o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF, determinou a extradição de 63 brasileiros identificados na Argentina.

Em 3 de dezembro de 2025, a Justiça Argentina determinou a extradição de cinco brasileiros foragidos no país vizinho, dentre eles, Joel Corrêa. Na época, da decisão cabia recurso da defesa. Em 16 de dezembro de 2025, a Judiciário local acatou um pedido dos advogados de Joel, permitindo que o brasileiro cumprisse o restante do processo judicial em prisão domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica. E nesta terça-feira, o Conare o reconheceu como refugiado político.

A análise do pedido de refúgio ocorreu paralelamente ao julgamento de extradição, já que o Conare é um órgão vinculado ao Ministério da Segurança Nacional, do Poder Executivo e não Judiciário. Os advogados do brasileiro dizem que a determinação da Comissão para refugiados argentina anula o processo de extradição.

Joel Borges Corrêa alegou sofrer perseguição “por meio do aparato judicial brasileiro por suas opiniões políticas”. As informações são da BBC Brasil.

Também estão em regime domiciliar na Argentina e aguardando análise de refúgio os brasileiros Wellington Luiz Firmino, Joelton Gusmão de Oliveira, Rodrigo de Freitas Moro Ramalho e Ana Paula de Souza.